

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO** -----
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

----- **ATA NÚMERO DEZOITO** -----
----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dezanove reuniu no Centro Social Laura Alves, sito na Calçada Moinho de Vento, número um, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Sara Barros Queiroz Amâncio, coadjuvada pelo, Segundo Secretário Senhor José Manuel dos Santos. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Pedro Nuno Rosa Neves, Maria da Conceição Situ Antunes Branco Martins, Maria Elisa Manero Lemos Rodrigues, Sónia Cristina Franco Fernandes Velloza e Cristina Ferreira Oliveira Balchada. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Catarina Conceição Fonseca de Jesus. -----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS)** – Pedro Miguel Henriques de Barros Ferreira e Joaquim Gustavo Pinto dos Santos Elias. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Mariana Correia Gomes; -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Sónia Carla Pinto Costa. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Luís Baltazar Brito da Silva Correia, que justificou a sua ausência e foi substituído por Sónia Velloza. -----

----- Isabel Margarida Moura Gonçalves Freire de Menezes, que justificou a sua ausência e foi substituída por Cristina Balchada. -----

----- Alexandra Manuela Lobo Pimentel Fernandes. -----

----- Às vinte horas e quarenta minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Constatou não haver inscrições do público. -----

----- **Análise e votação da proposta de Ata nº 17, relativa à reunião realizada em dezoito de junho de 2019;** -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 17**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia** constatou não existirem inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 - Análise, discussão e deliberação da Proposta no 578-A/019 - Aprovação para a Freguesia de Santo António celebrar um Protocolo de Colaboração, com atribuição de apoio financeiro, com a ”Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro”;** -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que gostaria de saber qual era a diferença com outro protocolo já aprovado em abril de 2018 na Assembleia com a mesma associação e com vigência até ao final do mandato autárquico. Os dois protocolos eram diferentes mas o tipo de atividades a que se propunham eram bastante próximas. O primeiro era mais extenso e incluía o uso de algumas salas por parte da Junta de Freguesia nesse espaço da sociedade, mas ainda assim gostava de colocar essa questão, quais as diferenças dos protocolos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que a diferença era total. O protocolo que tinham feito era com a cedência e uso das instalações e com uma série de outras prerrogativas que de momento não tinha de cor. -----

----- O protocolo que ia à Assembleia implicava um apoio financeiro à Sociedade pelo que estava a gastar a mais. Com a utilização intensiva do espaço como estava a ser feita, havia mais água e mais luz, havia mais gastos e mais situações passíveis de apoio que não estavam contempladas no primeiro protocolo. Previa-se a utilização do espaço até ao final do mandato, com a possibilidade de ser revisto e ir novamente à Assembleia. -----

----- Estava prevista uma utilização às segundas e quartas e atualmente havia atividades diárias incluindo sábados edomingos de manhã, à tarde e à noite. Como era óbvio, isso acarretava mais custos mas entendiam que a associação era uma mais valia para a Freguesia e era das poucas que tinham essa possibilidade. Infelizmente os Unidos da Glória que estavam “fora da Lei” e os Lâncias que não tinham sede física. -----

----- Por exemplo o boxe estava a ter uma procura muito grande e teve que se aumentar mais um dia, a esgrima tinha uma procura maior. Portanto, o apoio era uma tentativa de aconchego dos gastos efetivos que a associação estava a ter. Era um apoio anual, como já na Assembleia passada tiveram um apoio aos Lâncias. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que a bancada do PSD tinha cinco elementos presentes. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta no 578-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.

----- **Ponto 2 - Análise, discussão e deliberação da Proposta no 633-A/019 - Aprovação para a Freguesia de Santo António celebrar um Protocolo de Colaboração com a Quercus;** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que o assunto puxava por outro tipo de intervenções e por outro tipo de considerações. -----

----- O tema do ambiente estava a ser bastante discutido porque era o planeta que estava em causa e quando era o planeta em causa as vozes deviam-se juntar. Era nesse sentido que ia dizer aquilo que tinha a dizer em relação à questão geral e pedia que a vissem desse ponto de vista, mas pelo vínculo político que tinha devia dizer ali dois ou três considerandos. Numa sociedade em que toda a economia estava organizada de forma a visar o lucro e que o lucro era visto como um fim último das empresas e era por isso que elas estavam, a questão do ambiente tinha sempre outras questões laterais que não se resolviam com situações pontuais. -----

----- Queria com isso dizer que a questão do ambiente ia ainda dividir muito mais e acentuar as desigualdades. No entanto, esse tipo de medidas concretas nos locais e que sensibilizavam diretamente as crianças, as famílias, a população, a Freguesia, eram sempre bem vindas, mas não podiam perder a perspetiva de uma luta global e conjunta sempre na tentativa de melhorar a vida de todos e ter consciência de que as empresas tinham sempre a perspetiva do lucro, mesmo quando estavam a falar de situações relacionadas com reciclagens e outras coisas que iriam falar mais à frente. -----

----- Isso para dizer que o PCP, apesar de ir votar a favor do protocolo, considerava que não era com essas medidas que resolviam o grave problema e a situação na sua plenitude.

----- Posto isso e em relação ao protocolo com a Quercus não tinha nada a dizer. Apenas tinha a dizer em termos gerais.

----- Na Cidade de Lisboa era lixo por todo o lado. Em relação aos pontos de recolha de lixo e pontos de recolha seletiva de materiais recicláveis, por exemplo, essas medidas tinham que ser pensadas, sensibilizadas, arranjar recursos para as pessoas poderem realmente fazer reciclagem, porque isso não era ajudar a população a reciclar, era desmotivar. -----

----- Outra questão que também queria falar, apesar de não ser a sua especialidade, quando viam aqueles caixotes de lixo na rua, se nem para o lixo não reciclado muitas vezes se encontravam, muito menos se encontrava para poder colocar de forma diferenciada. Se calhar era uma situação que deviam pensar. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se o protocolo era em sentido único, se não haveria nenhuma contrapartida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por dizer que comungava das mesmas preocupações da Membro Sónia Costa. O caminho era difícil. -----

----- Tinham que começar pela educação e se por um lado “burro velho não aprende línguas”, se calhar para os filhos ainda iam a tempo e a aposta atual teria os seus ganhos no futuro. esperava que no futuro mais rápido possível, mas alguém tinha que começar.

----- Passando do nada que tinham e com o trabalho que a Câmara estava a fazer, por exemplo tinham um caso gritante na Freguesia, na Rua da Sociedade Farmacêutica, uma senhora que reclamara da montagem de uma eco-ilha à porta dela, mas se não fosse à porta dela teria que ser à porta de outra pessoa. A Câmara e a Junta entenderam que aquele era o melhor espaço, que retirava menos lugares de estacionamento, que não afetava uma porta de fluxo grande de pessoas.-----

----- Em relação à Quercus, a Senhora Presidente da Assembleia sabia se calhar até melhor que não visava o lucro e a sua principal preocupação, como de outras associações ambientalistas com essa categoria, era fazer chegar informação e formação. Para eles era esse o ganho, porque em cada miúdo que não deitasse a pastilha para o chão já estavam a ganhar qualquer coisa. Eles iam estar com a Junta na criação do plano ambiental para a Freguesia. Iriam pôr em prática os recursos dos fundos europeus que recebiam, que tinham de apresentar contas lá fora para receber mais. Se calhar não ganhavam ali mas ganhariam depois quando apresentassem os planos de formação. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** explicou que não estava a pensar em subsídios para a Quercus, estava mais a pensar na contrapartida de acompanhamento, programas em conjunto.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era essa a mais valia do protocolo, que havia um acompanhamento de parte a parte, de aprendizagem por parte da Junta em como atuar na realidade e um ganho efetivo da associação em conseguir ter talvez 100% dos funcionários da Junta a conseguir fazer mais e melhor ambiente. -----

----- Percebia a preocupação da Senhora Presidente mas era um protocolo quase passado a papel químico daquilo que eles disseram que queriam fazer com a Junta. Financeiramente eles tinham que dar as formações para poder receber. -----

----- Se tinham uma associação como a Quercus, o trabalho da Junta se calhar iria sair mais bem feito do que era até ao momento. Era um esforço de procura interna de novos caminhos de melhoramento do ambiente. -----

----- Os edifícios da Junta estavam todos com lâmpadas led, todos os postos tinham as máquinas ligadas à água da torneira com o filtro e todos os funcionários tinham uma garrafa de água para acabar com o plástico.-----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que a Membro Catarina de Jesus no mandato anterior tivera o pelouro da limpeza urbana e não o deixava mentir, eram considerados na Câmara e dividia esse orgulho com ela porque tinha começado parte desse trabalho, um exemplo de trabalho na limpeza urbana por muito difícil que fosse.-----

----- Podia dizer que tinham uma eleita na Assembleia de Freguesia que logo de manhã cedo começava a encher o mail com o ecoponto tal, o lixo na curva. Depois era um correr atrás desse prejuízo, todos os dias. -----

----- Havia um zelador da Freguesia na zona da Glória que todos os dias mandava fotografias do mesmo local e todos os dias a Câmara ou a Junta passavam lá com a carrinha, sempre a correr atrás do prejuízo. -----

----- Já se tinha feito o teste de saírem com a carrinha cerca das sete horas, fazerem a volta, apanharem tudo e às nove e vinte estar como se não tivessem lá passado. -----

----- Era um trabalho difícil, estavam a dar os primeiros passos e haviam de conseguir,. Se a fiscalização da Câmara conseguisse com a ajuda da Junta aplicar coimas, deviam ser tipo como o estacionamento, pagarem logo. -----

----- A ideia era, com a ajuda da Quercus, estarem lado a lado para melhorar o ambiente. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que ainda bem terem pedido à Quercus, porque levava conhecimento científico que não era só nas universidades, tinha que ser aplicado. Com certeza iriam melhorar as boas práticas na Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que estavam a começar e era uma questão de ir demonstrando os ganhos ao longo das Assembleias de Freguesia, Pensava que até ao final do mandato estaria feito e iria à Assembleia um plano ambiental para a Freguesia, para as boas práticas, com uma série de outros pormenores que sem o conhecimento científico da Quercus era impossível. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 633-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 3 - Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 634-A/019 - Aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal da Freguesia de Santo António;**-----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que o incremento do número de pessoas no quadro de pessoal, era de cerca de cem pessoas. Via um incremento na higiene urbana, até porque tinha ido uma verba significativa. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que isso tinha a ver com o facto de ser justo para quem terminava a sua escolaridade ou o seu curso de licenciatura, adaptar o quadro às mais valias que eles levavam com o seu *up grade* pessoal. -----

----- Em relação à limpeza urbana tinha que haver um incremento e poderia haver ainda uma outra alteração em dezembro, não para aumentar o número total mas para, com a reestruturação interna de vagas de um lado para o outro, aumentar ainda mais o número da limpeza urbana. -----

----- Tentariam até ao final do ano porque eram precisos motoristas de pesados para as carrinhas que vinham da Câmara e que tencionavam comprar mais. Havia sete com processo aberto e a previsão de entrarem mais onze até ao final do ano pelo menos para a limpeza urbana. Era a previsão se calhar para dezembro. Podia haver uma alteração do quadro de pessoal para pôr mais gente na limpeza urbana. Teriam também uma área ambiental e as pessoas não tinham vaga no quadro prevista, a área ambiental não existia e iria precisar de crescer. Com isso adaptar o quadro à formação interna que felizmente os funcionários estavam a ter para aumentar as suas capacidades e que não era justo usufruir de alguém que não tinha uma licenciatura e passava a ter sem lhe pagar na base justa do seu valor para a Freguesia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que tinha uma pergunta que já vinha do mapa anterior. Havia uma indicação na mobilidade com um asterisco que indicava um, mas depois estava associado àquele número de 35. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia pessoas que pediram mobilidade para fora e ainda não tinham essa mobilidade consolidada nos locais para onde pediram. Estavam à espera da sua consolidação nos locais para onde foram, para poderem retirar esses asteriscos.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que não tinha dúvidas sobre isso. A sua dúvida era que funcionários com asterisco contavam-se nove e em baixo dizia que funcionários em mobilidade com um asterisco – um. Com dois asteriscos só aparecia o número global de 35. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eventualmente poderia ser uma gralha. -
----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que deveria incluir mais informação para não causar essa dúvida.

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 634-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 4 - Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 635-A/019 - Aprovação para a Freguesia de Santo António celebrar um Protocolo de Colaboração com o Instituto Português do Desenvolvimento Pessoal (IPDP);** -----

----- (Intervenção da Membro Sónia Costa não registada) -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em relação à parte prática da coisa era fácil responder. Tinham o acordo de pareceria BIP-ZIP, essas entidades tinham numa das lógicas do BIP-ZIP um parceiro institucional. O IPDP tinha a parceria com a Junta, era um programa de mobilidade, eles candidataram-se, ganharam uma verba da Câmara e tinham que utilizar essa verba com relatórios para justificação dos gastos. -----

----- Chegou-se à conclusão de uma das falhas que havia nas passadeiras. Não tinha nada contra a iniciativa privada nem contra outsourcings, mas fazendo as contas ficava mais barato ter homens a trabalhar e uma máquina de passadeiras. Essa associação prontificara-se a comprar a máquina de pintura de passadeiras e a doar à Junta, que aconteceria na aprovação do protocolo e não daí a dois anos. -----

----- O protocolo era a cedência de um espaço para eles darem consultas a cobrar às pessoas que tinham como clientes, mas isso era com eles. Precisavam de um ponto de consulta e em troca os fregueses de Santo António tinham acesso de uma forma gratuita. Eles iam um pouco mais lato do que por exemplo o Farol, que era específico para jovens e crianças, abrangiam os adultos da Freguesia. A verificação da necessidade era indicada à Fábrica dos Cidadãos e a pessoa depois era atendida. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que, sendo assim, era importante essa informação estar no protocolo. Em relação ao anexo 1 também concordava com a Membro Sónia Costa, o protocolo podia ser aprovado se tivessem o anexo 1, uma vez que ele era referenciado no próprio protocolo. Uma coisa que era referenciada e não conseguiam ver era no mínimo estranho.

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que reforçava aquilo que tinha dito a Membro Mariana Gomes. Não estando a informação em relação às consultas nem ao anexo o PCP iria votar contra, por não ter informação suficiente. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 635-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 8 votos a favor (PSD e PS), 2 votos contra (PCP e BE) e 2 abstenções (CDS-PP). -----

----- **Ponto 5 - Análise, discussão e deliberação da Proposta no 638-A/019 - Aprovação para a Freguesia de Santo António celebrar um Protocolo de Colaboração com os Serviços Sociais da CML (SSCML);** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que tinha algumas perguntas sobre esse protocolo, que eram mais esclarecimentos por ter dificuldade em ler a cláusula 1ª. -----

----- Perguntou quais eram os trabalhadores e as trabalhadoras que tinham acesso aos serviços, se eram todos ou apenas aqueles que a Freguesia indicava. Estava um bocado

confuso. Saber também quando eram pagos os custos pela Freguesia, se tinha alguma obrigação legal de pagar... -----

----- Perguntou se os trabalhadores tinham sido consultados sobre esse protocolo e se estavam de acordo.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não ia trazer o sindicato para ali, mas foram todos.-----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** perguntou se tinham falado com os representantes, delegados sindicais. Era fundamental para votar contra ou a favor, saber se os trabalhadores estavam a favor do protocolo.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não tinha nenhuma indicação em contrário. Se tivesse indicações em contrário teria provavelmente negociado isso de outra forma.

----- Para o protocolo ir a Executivo tinha passado pelos departamentos. Era para segurança e higiene no trabalho, era para segurança dos trabalhadores, para dar mais condições aos funcionários.-----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que fazia essa pergunta porque podia haver trabalhadores que considerassem não ser o melhor. Só queria que o Senhor Presidente da Junta respondesse a isso, não estava a pedir mais nada, porque tinha a ver com o seu sentido de voto.-----

----- Por princípio, tudo o que eram consultas que não tivessem a ver com higiene e segurança, apesar do Senhor Presidente não responder, fazia a sua própria análise. Abria-se o leque para os trabalhadores terem outras possibilidades de ir a consultas e em princípio estaria a favor disso.-----

----- No entanto, em termos políticos eram apologistas que essas consultas, não as de higiene e segurança por questões legais, mas nas outras deviam privilegiar o Sistema Nacional de Saúde. Na Freguesia podiam falar no posto médico, que no seu caso e de outras pessoas da Freguesia já tiveram que ir a Sete Rios. Havia que privilegiar o Sistema Nacional de Saúde sempre que possível e era isso que iria sempre defender.-----

----- Higiene e segurança no trabalho eram questões legais e não era dessas que estava a falar. Estava a falar em acesso a consultas que não tinham a ver com isso e que eram pagas pelos trabalhadores, porque as outras nem eram. Em relação a essas, entendia que os trabalhadores tinham aí outra hipótese de consultas e por isso votaria a favor com as reticências todas, porque os trabalhadores poderiam querer esse protocolo e não seria justo recusar, mas em termos pessoais e partidários entendia que o Sistema Nacional de Saúde devia ser privilegiado, porque era para todos.-----

----- Voltava a dizer que na Freguesia e não que a culpa fosse do Senhor Presidente, mas deviam sempre insistir, tinha um défice em termos de centros de saúde. Não sabia se era na Freguesia toda mas no seu caso e dos moradores na sua zona tinham que ir a Sete Rios para uma consulta. Se precisava de uma pílula tinha que ir a Sete Rios.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia na Luz Soriano, o Arco de São Mamede, São Nicolau. Estavam espalhados.-----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que votava a favor do protocolo mas com muitas reticências, pelos motivos todos que frisara.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que qualquer receita passada no âmbito desse protocolo tinha que ir ao Sistema Nacional de Saúde. Depois havia a inscrição de muitos funcionários na ADSE onde os valores, por exemplo estava a ver o ecodoppler da carótida, eram mais baixos com o acordo da ADSE.-----

----- Isso era só para evitar que se ligasse o “complicómetro”. Ia ali, depois tinha que ir ao centro de saúde para ter a receita e ir à farmácia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que se a Senhora Presidente não se importasse, solicitava ao representante jurídico para uma questão mais técnica, que saberia responder melhor.-----

----- **Representante Jurídico da Junta** disse que estava a haver um equívoco. O que se passava com o protocolo era o seguinte: não era retirado nenhum direito aos trabalhadores, se quisessem recorrer ao Serviço Nacional de Saúde ou à ADSE mantinham o direito.-----

----- O protocolo apenas ia estabelecer uma situação de igualdade numa situação pré-existente de desigualdade. Os Serviços Sociais da CML já davam acesso a alguns funcionários que foram transferidos e que eram da Câmara. Tendo sido transferidos para a Freguesia mantiveram todos os direitos que tinham quando estavam na Câmara Municipal e só tinham acesso aos SSCML se quisessem, eram livres de usar ou não. ---

----- O que acontecia nessas circunstâncias era que havia um conjunto de trabalhadores que tinha esse direito e outros não tinham esse direito. O protocolo nesse particular estabelecia a igualdade de todos sem exceção, se assim entendessem e quando entendessem, poderem recorrer aos SSCML. Portanto, era estabelecer a igualdade entre os trabalhadores da Freguesia, que até ao momento não estava estabelecido, uns tinham direito e outros não tinham.-----

----- Simultaneamente, em relação ao apoio aos fregueses, por vezes havia situações em que o Serviço Nacional de Saúde era moroso a dar resposta e as pessoas não tinham capacidade financeira e económica para recorrer aos serviços privados. Em vez de se dar apoio para as pessoas irem ao privado, o que se fazia era com uma entidade semi-pública possibilitar e eles abrirem as portas a pessoas referenciadas. Essa referenciação era feita com base no regulamento que estipulava a capacidade financeira de cada um dos fregueses quando era para comprar uns óculos ou uma consulta de dentista, por exemplo.

----- Nessas circunstâncias podiam recorrer ali. Os valores, sendo superiores à ADSE, que significava que muitos certamente iriam à ADSE, mas se fossem à ADSE e só tivessem consulta dentro de mês e meio podiam recorrer ali com um preço mais reduzido do que era praticado no setor privado.-----

----- Por um lado estabelecia a igualdade entre os trabalhadores, todos tinham direito e ninguém ficava obrigado a nada, aos fregueses a possibilidade de poderem ir quando o SNS porventura não desse resposta ou quando houvesse situações em que teriam de recorrer ao privado. Ali havia um sistema de apoio social, como eram os SSCML.-----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que tinha percebido isso tudo. Não dizia que as pessoas eram obrigadas a ir a um sítio e não ir a outros e por isso ia votar a favor, porque era um acréscimo de direitos para os trabalhadores. Evidente que tinham que ter opção, ou entravam numa ditadura.-----

----- Em termos de ideologia tinham algumas diferenças e era nesse sentido que dizia defender o Sistema Nacional de Saúde, porque para si não devia haver privado, era uma questão ideológica de base. A diferenciação ia por aí, porque só usando e investindo cada vez mais no SNS podiam garantir um acesso aos serviços de saúde iguais para todos. --

----- Perguntara se tinham sido auscultados os trabalhadores exatamente porque queria que o Senhor Presidente desse a resposta que tinha dado. Já falara com outros representantes dos trabalhadores e sabia que toda a gente pretendia voltar a ter aquilo que alguns trabalhadores perderam na descentralização das freguesias, que alguns trabalhadores perderam e queriam voltar a ter. Só estava à espera que o Senhor Presidente dissesse isso e não disse...-----

----- (diálogos cruzados)-----

----- Continuando, disse que quando tinha falado no Sistema Nacional de Saúde toda a gente percebera.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que esses serviços dependeram de si no período em que fora Vereadora e aconteceram alguns momentos de alguma colisão porque havia coisas que exigiam mesmo a receita do Serviço Nacional de Saúde.

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que havia uma dúvida de interpretação, mas queria dizer que partilhava das dúvidas da Membro Sónia Costa. Ainda assim iria ser aprovado. -----

----- Algumas explicações ali dadas foram bastante esclarecedoras e ajudaram a compreender melhor o protocolo. Por isso agradecia a intervenção. -----

----- Na cláusula 3^a, no ponto 1, dizia o seguinte: “Os serviços prestados pelos SSCML aos fregueses referenciados pela Junta de Freguesia são da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia”. A sua pergunta era se os serviços usados por esses fregueses seriam pagos pela Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que podiam ser ou não, dependendo do montante e da situação social de cada um. Mesmo os fregueses referenciados pela Junta de Freguesia tinham tabelas, havia uma percentagem num regulamento aprovado na Assembleia de Freguesia para os apoios sociais. Era com base nessa tabela o apoio. ----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que o facto de ter mais um apoio ou um serviço social era uma maisvalia e não era uma clínica privada. No seu caso tinha o Serviço Nacional de Saúde, a unidade familiar na Praça da Figueira, e não se lembrava de ter lá pediatra, ginecologista, dentista, otorrinolaringologista, especialidades necessárias, ou então em Portugal não se abriam especialidades. -----

----- O SNS era para os cuidados básicos. Infelizmente nem os hospitais nem os serviços sociais de qualquer ordem ou câmara, ou instituição, eram suficientes. Portanto, por uma questão ideológica considerava importante os funcionários terem mais uma hipótese de escolha. -----

----- Era funcionária pública e tinha ADSE, não se lembrava de nenhum dos seus colegas com ideologia do Partido Comunista terem rescindido com a ADSE e em Lisboa eram muitos. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que, de facto, deviam ter feito a reunião antes do período de campanha eleitoral. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 638-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. --

----- Referiu que na ordem do dia seguia-se a Informação do Presidente mas havia uma solicitação por parte do Executivo. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha ficado uma coisa pendurada no escritório, era uma proposta de celebração de contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Santo António e tinha a ver com o quiosque das Amoreiras, passando a competência para a Freguesia ficar gestora do mesmo com a obrigação do contrato que estava em vigor. -----

----- Solicitava a aceitação desse documento, se a Assembleia assim entendesse, e que pudessem votá-lo. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se a Assembleia aceitava a introdução desse ponto na reunião. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que em princípio não porque era um protocolo, uma coisa complexa, e parecia-lhe no mínimo estranho que aparecesse no fim. Devia ter sido posto no início e mesmo assim não sabia se aceitaria, não era uma coisa propriamente simples. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que a alternativa era uma Assembleia extraordinária. Portanto, punha à consideração da Assembleia a realização de uma

Assembleia extraordinária ou a introdução do ponto na presente reunião, dando algum tempo para lerem o protocolo. -----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que depois de ler o protocolo decidiria se votava a favor da introdução do ponto, mas primeiro tinha que ler o protocolo. -----

----- (diálogos cruzados e interrupção para leitura do contrato)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à consideração da Assembleia a **aceitação da apreciação da Proposta nº 640-A/019**, apresentada pelo Executivo, tendo a mesma sido **aceite e incluída** na ordem do dia como ponto 6.-----

----- **Ponto 6 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 640-A/019 – Autorização para a Freguesia de Santo António celebrar um Contrato de Delegação de Competências com o Município de Lisboa, para efeitos de gestão a título precário do quiosque municipal instalado no Jardim Marcelino Mesquita (Praça das Amoreiras), nos termos contatuais;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se, uma vez assinada a delegação de competências, se a Junta teria que fazer um contrato de concessão para substituir, ou se o contrato de concessão era transferido. O período de concessão que estava previsto era de doze anos e a delegação terminava no fim do mandato. -----

----- **Representante Jurídico da Junta** disse que era exatamente como a Senhora Presidente da Assembleia estava a dizer. Havia uma concessão em vigor feita pela CML, cujo período máximo era de doze anos. Uma situação de excecionalidade, porque regra geral as concessões deviam coincidir com os mandatos, mas nesse caso concreto o tipo de investimento obrigava a ser por um período superior. -----

----- Tinha sido aprovado pela Câmara e sufragado também pela Assembleia Municipal que nessas circunstâncias o período de concessão fosse por doze anos. Era com essa concessão feita pela Câmara que ia para a Junta de Freguesia no âmbito da transferência de competências para o mandato, sendo que cessava no fim do mandato e podendo depois, no mandato seguinte se assim fosse entendido, haver um novo protocolo de transferência. -----

----- Era o tipo de transferência de competências não obrigatórias nos termos do 52, mas sim facultativas. As partes podiam entender fazê-lo, o Município com as Freguesias, aliás a semelhança do que acontecia com a generalidade dos quiosques de Lisboa. -----

----- Era durante o mandato e depois retornava, porque a Câmara seguinte podia entender fazer a gestão direta ou devolver novamente às Freguesias.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 640-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 2 abstenções (PCP e BE) -----

----- Recordou que na última Assembleia fora solicitado o adiamento da Proposta nº 514-A/019, para cedência de cinzeiros. A sua referência era que podia ter sido adiada ou marcada uma Assembleia extraordinária, mas tinha sido adiado esse ponto e devia ser incluído na presente reunião. -----

----- Tinha havido uma discussão à volta dessa proposta, em que manifestaram interesse no conhecimento do orçamento. O protocolo não englobava um orçamento, o que estavam a analisar era o protocolo com as entidades. -----

----- Na ata dizia que era adiado e não tendo havido uma Assembleia de Freguesia extraordinária, ficava para a presente reunião.-----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que a questão relativamente a esse ponto era de votação. -----

----- **Ponto 7 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 514-A/019 – Celebração de protocolo de cedência de bem no âmbito do programa de sensibilização ambiental relativo a boas práticas de tratamento de pontas de cigarros;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que o protocolo a ser feito com as entidades não tinha um valor. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que não havia um valor incluído por uma decisão de gestão executiva. O protocolo visava apenas responsabilizar quem ficasse com o cinzeiro na sua porta. O cinzeiro era da Junta de Freguesia. A decisão de mandar fazer os cinzeiros para os colocar na Freguesia era uma decisão executiva. -----

----- A responsabilização do senhor do café, do senhor responsável pelas Finanças da Rodrigo da Fonseca, do senhor responsável pela limpeza do Cinema São Jorge, ou do senhor responsável pela Castrense, se fossem lá pôr o cinzeiro sem protocolo a responsabilidade da limpeza e manutenção do mesmo recaía toda, era uma coisa para bipartir responsabilidades. A Junta tinha a responsabilidade de colocar e não cobrar, porque o cinzeiro era da Freguesia, não cobrar 158 euros por ano de ocupação do espaço público. Era da Junta de Freguesia e logo estava isento de taxas. A responsabilidade de quem o tinha à porta era limpar e manter. -----

----- O protocolo era só isso, porque a decisão executiva de mandar pintar paredes ou de mandar tapar buracos no chão estava tomada. Era uma questão de dividir responsabilidades, pôr toda a gente a trabalhar para o mesmo. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que a sua questão com o protocolo não era a questão ambiental nem da responsabilização. O protocolo tinha um ponto em que falava num custo e num número de cinzeiros, esse número estava em branco, o custo e os cinzeiros, essa informação estava em falta no protocolo. Se não interessava e já estava decidido, então tinha que ser retirado do protocolo, porque se estava lá tinham obrigação de saber o que era. Não era um xis, um xis não valia nada, mas se estava lá a informação tinha que estar devidamente preenchida. -----

----- A questão não era o conteúdo do protocolo, nunca tinha discutido isso. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que o ponto 4 da cláusula 5ª dizia o seguinte: “O cancelamento sem devolução dá lugar ao pagamento que desde já se estipula em”. Era essa a questão. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que ia parafrasear um debate que tivera na televisão, “vim aqui assistir e não paguei bilhete”. Como era uma questão mais jurídica do que propriamente baseada em vontades de cada um, pedia ao Doutor Cal Gonçalves para falar da questão que estavam ali a tratar. -----

----- **Representante Jurídico da Junta** explicou que estavam a discutir um protocolo tipo e nem sequer tinha identificação nenhuma das contrapartes, por isso tinha os dois espaços em branco. -----

----- Imaginassem que estavam a falar de um pequeno café ou uma pequena pastelaria, à sua porta iria ter um cinzeiro, esse cinzeiro tinha um custo e era da Freguesia, mas ao ser colocado ali estava a ser transferida a responsabilidade para a entidade contraparte em duas coisas: a manutenção e limpeza do cinzeiro e também a sua conservação e manutenção. -----

----- Se um dia se pusesse termo ao protocolo e verificassem que havia responsabilidade da contraparte pela não conservação do cinzeiro, estava já definido o valor da aquisição do cinzeiro. Se estivessem por exemplo a falar do Cinema São Jorge, que tinha uma entrada mais ampla e imaginassem que estavam a pôr um em cada ponta da escadaria, aí o valor era diferente, seriam dois cinzeiros vezes uma valor xis. O valor era aquele pelo qual tinha sido adquirido, não sabia se já estava feita a aquisição, mas a entidade ficava responsável por pagar essa quantia. -----

----- A responsabilidade da contraparte era limpar e conservar, se tivesse responsabilidade no seu descaminho assumiria também a responsabilidade do pagamento desse património pertencente à Freguesia. Era uma questão de cautela por parte da Freguesia em relação à

contraparte, não era dar dinheiro à entidade nem a entidade dar dinheiro à Junta. Aquilo pertencia às Freguesia e se assim não fosse teria que pagar taxa por estar na rua. -----

----- Acontecia que para meter lá os cigarros e com a nova Lei de não se poder atirar as beatas para o chão haveria mais tendência a colocar, o que significava ter que alocar um reforço de pessoal só para a limpeza desses cinzeiros. Não custava nada à pessoa que estava ali, quando limpava os cinzeiros das mesas e até na esplanada, limpar também aquele. Claro que se o arrancasse ou ele desaparecesse, tinha essa responsabilidade de ir vendo o que se passava e não vendo assumia responsabilidade de ter que pagar à Junta pelo mesmo.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se ficava fixo no chão.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que isso dependia. Pertenciam a uma zona histórica protegida, de proteção cultural pública. Acontecia que tinham muitas fachadas nas quais não podia ser colocado e nessas eram colocados pilaretes para suportar o cinzeiro. Era um poste pequeno que iriam colocar.-----

----- Nos edifícios que permitissem, dada a sua construção e as entidades, seriam colocados na parede do edifício.-----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que não tinha estado na reunião anterior, o protocolo não estava na ordem do dia e, portanto, iria abster-se porque não sabia exatamente. De qualquer forma, não era jurista mas era contabilista e já percebera que se pretendia salvaguardar os interesses da Junta de Freguesia, era de facto diferente dos outros protocolos que normalmente apareciam.-----

----- Essas situações, daquilo que conhecia, quando havia minutas ou contratos tipo colocava-se entre parêntesis xis valor por cinzeiro e indemnização a pagar. Se calhar isso tinha resolvido o tempo todo que estavam ali a discutir, se houvesse um valor médio por cinzeiro para pedir a indemnização, caso o cinzeiro desaparecesse. Aí ficariam todos confiantes, até porque queriam também saber qual o valor que podia custar a quem estragasse o cinzeiro, defendendo também os interesses da Junta de Freguesia. Perguntou se isso era possível.-----

----- (Intervenções não registadas)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 514-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 2 abstenções (PCP e BE) -----

----- **Ponto 8 – Comunicação trimestral do Presidente;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a comunicação trimestral demonstrava o trabalho feito desde a última Assembleia de Freguesia.-----

----- A continuidade de alguns projetos e a sua velocidade de cruzeiro mantinha-se, como era o caso de alguns projetos da ação social, com a particularidade de terem lançado um programa de voluntariado que tinha corrido muito bem, o “Fazer Santo António”, para jovens dos 15 aos 22 anos. Tiveram catorze voluntários numa primeira adaptação, dentro das regras do voluntariado em Portugal. Recebiam uma verba por dia para pagar o almoço e esperava que no próximo ano houvesse muito mais voluntários da Freguesia.-----

----- Em relação à comunicação, o trabalho era visto e revisto tanto na Freguesia como na comunicação social com os mais variados projetos da Junta de Freguesia a terem eco e honra de presença nos media.-----

----- Lançou-se o wifi em todos os jardins. Podiam ir a qualquer um dos quatro jardins e tinham rede wifi da Freguesia grátis.-----

----- Era com muito orgulho que depois do combate à beata tinham lançado o programa de mobilidade. Entre outras coisas fizeram um retrocesso na mobilidade e lançaram o programa PEDIBUS, em que os jovens do quinto e sexto ano eram apanhados do lado de

cá da colina e entregues no Passos Manuel acompanhados até à escola. Percebia-se a preocupação dos pais em largá-los com dez anos na rua. -----

----- Em relação à cultura, desporto e dinamização do espaço público, aconteceria no sábado quererem provar que era possível continuar a divertir dentro da cidade sem incomodar as pessoas. -----

----- Um dos maiores problemas na Cidade de Lisboa era o ruído e estava-se a organizar um evento no meio do jardim do Torel, por cima da escola, que era a primeira festa silenciosa com capacidade para mil pessoas. Teriam uma dj e estaria tudo de phones, era através do *bluetooth*, ganhando o dj que tivesse mais luzes acesas nos phones, umas luzes vermelhas. Iriam provar que se conseguia divertir dentro da cidade sem incomodar quem lá morava. -----

----- Lançaram-se os “Contos com Memória”, que eram os mais velhos a contar histórias de vida entre eles na Biblioteca Cosmelli Sant’Anna. -----

----- Na educação fizera-se um grande investimento de ano letivo e não era por causa das notícias, porque já estava contabilizado no Orçamento a requalificação total das casas-de-banho da Escola 29. Foram completamente requalificadas, de alto a baixo todas elas, desde o JI até à dos professores. -----

----- Também se tinha lançado novamente o kit de boas vindas às escolas, fazendo poupar aos pais alguns euros que gastavam em material. Era sempre benéfico esse tipo de poupança para material escolar. -----

----- Os espaços verdes tiveram uma revolução visível e era um trabalho quase heróico. A Praça da Alegria estava a terminar a sua requalificação, no jardim das Amoreiras ficara só a faltar o *dog park*, que seria feito em breve. -----

----- No Torel já estavam a trabalhar, na entrada da Rua do Telhal, até ao patamar da entrada da escola já estava todo a ser requalificado e a partir do dia 29 começaria a parte superior do Torel, devolvendo à sua traça original aquele que era considerado um dos jardins românticos da cidade. -----

----- Tinham o jardim das artes nas Amoreiras, tinham a Praça da Alegria onde historicamente tinha começado a Feira da Ladra e seria o jardim de união da Freguesia porque estava nas duas colinas. Tinham a ambição que quando se falasse de jardins para namorar, falassem do jardim do Torel. -----

----- A fonte da Praça da Alegria estava a ser requalificada com a máquina de refluxo, devolvendo-lhe a côr original. As cabeças do leão eram ouro e tudo o resto era verde. O jardim estava a ficar muito bonito. -----

----- Na manutenção do espaço público estava finalmente muito mais bem tratado, que era um erro seu ali assumido. Lançara-se o “Gato Doce Lar” para os gatídeos vadios. Quando descobriam as colónias colocavam casas para eles se poderem proteger do frio, das intempéries. -----

----- Infelizmente nos últimos cinco anos tinha havido um abandono muito grande de gatos na cidade e quando descobriam que a colónia não era esterilizada tentava-se falar com as entidades, a Animal Life, a Casa do Animal, a Sociedade Protetora dos Animais, para tentar esterilizá-los e devolver ao seu habitat. Também fazer com que por vezes a adoção fosse possível, que nem sempre era e percebia a razão, porque atualmente era complicado a vida dos animais. -----

----- O aumento dos funcionários no licenciamento estava a surtir efeito e a resolver muitas situações pendentes por falta de pessoal na rua. Os voluntários acompanharam as equipas de licenciamento e era algo bom de se ver. -----

----- Tinha sido voluntário durante 22 anos nos Bombeiros e quando havia vontade era como dizia a célebre frase: “Arranja um trabalho que gostes de fazer e não terás que

